

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO
CONSELHO MUNICIPAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
LEI MUNICIPAL nº 5132 de 15 de Maio de 2002

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019

No dia onze de fevereiro de dois mil e dezenove, com início as 19h10 horas, na Prefeitura Municipal de Piracicaba – 3^o andar no Centro de Qualificação Permanente - CQP, ocorreu reunião ordinária do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, com a presença dos membros do Conselho dos representantes da sociedade civil e do Poder Executivo que assinaram lista de presença: Região Centro: Maria Imaculada Carlet Alves – Titular; - Região Rural: Carlos José Marco da Silva – Titular e Antonio David Stabelin - Suplente; - Região Norte: Sem representante - Região Sul: Sem Representante; Região Oeste: Luiz Vicente Alves da Silva - Titular; Região Leste: Gilmar Tanno - Suplente; - Titulares e Suplentes do poder público: Dra. Olívia Patrícia de Brito – SEMAE; Edna Maria Peres Desuó – SMADS; Juliana Boscarior Franceschini – SEMOB; Dagmar Correr Schiavi – Governo; Justificaram a ausência: Andréa Aparecida Gazaffi Savino – IPPLAP; Joelma Olegário da Região Norte; Iniciando a ordem do dia usando a palavra a senhora Dra. Olívia Patrícia de Brito, agradecendo a presença de todos e solicitou que todos assinassem a lista de presença. A Dra. Olívia Patrícia de Brito, informou que foi protocolado Ofício junto a Secretaria de Finanças, no qual convidava o secretário para fazer uma explanação sobre o orçamento do município na presente gestão, porém no dia 08/02/2019, por volta das 11:50 min., a Sra. Elaine Chierigato, secretária do Sr. José Admir José Leite ligou informando que o mesmo não poderia participar da reunião do orçamento participativo que seria realizada na presente data; Salientou ainda, que tanto a mesma quanto a Sra. Dagmar Correr Schiavi entraram em contato com outros secretários convidando-os pra fazerem explanação sobre suas respectivas secretarias, mais devido ao fato do convite ter sido realizado em cima da hora todos informaram não havia tempo hábil para elaborar uma apresentação. O Sr. Carlos José Marco da Silva questionou sobre as quais votadas no Congresso do Orçamento de 2018 que serão realizadas; A Sra. Maria Imaculada Carlet Alves, falou que vai falar na tribuna da Câmara Municipal face ao pouco-caso das Secretarias; O Sr. Gilmar Tanno questionou se o Conselho acabará, tanto a Dra. Olívia Patrícia de Brito quando a Sra. Dagmar Correr Schiavi, esclareceram que não existe tal possibilidade, pois o Conselho foi criado por Lei, bem como informaram que o que está ocorrendo se dá pela dificuldade em conseguir que as Secretarias informem quais as demandas que serão realizadas; A Sra. Maria Imaculada Carlet Alves sugeriu que fosse publicado em jornal uma convocação para que a população participe das reuniões do Orçamento Participativo, bem como no Congresso; o Sr. Carlos José Marco da Silva sugeriu que os representantes da Sociedade Civil façam um ofício para o Prefeito questionando a ausência dos Secretários nas Reuniões do Orçamento; A Sra. Maria Imaculada Carlet Alves, falou que o Prefeito já tem conhecimento dessa situação, pois ele estava presente na reunião de novembro pp., cuja situação já havia sido aventada naquela ocasião; O Sr. Gilmar Tanno salientou que se nenhuma atitude for tomada o Congresso do Orçamento Participativo vai esvaziar cada vez mais, principalmente pela ausência de resposta de quais demanda serão executadas, pois nas publicações que saem nos jornais não fazem nenhuma menção que a demanda também é do Orçamento Participativo; O Sr. Carlos José Marco da Silva voltou a frisar que o que importa é resposta das Secretarias sobre as demandas votadas no Congresso, bem como sugeriu que na próxima reunião sejam tratadas as demandas de cada região; O Sr. Luiz Vicente Alves da Silva – o Conselho é um instrumento legal é necessário e paritário, o que pode ser feito é uma reclamação para o Prefeito, bem como a população tem o dever de cobrar do poder público as respostas pelas demandas. A Sra. Maria Imaculada Carlet Alves diz é necessário

5
6
7
8
9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA
ESTADO DE SÃO PAULO
CONSELHO MUNICIPAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
LEI MUNICIPAL nº 5132 de 15 de Maio de 2002

49 dar uma data para que as Secretarias respondam sobre as demandas do Congresso; O Sr.
50 Luiz Vicente Alves da Silva sugeriu que os vereadores ajudem a mobilizar a população a
51 participar do Orçamento Participativo, bem como ir um representante do Orçamento, falar
52 na tribuna da Câmara Municipal; A Sra. Maria Imaculada Carlet Alves, questionou quais
53 as reuniões que são acompanhadas pela Secretaria da Comunicação Social; Ficou
54 combinado entre os representantes da sociedade civil que o Sr. Luiz Vicente Alves da
55 Silva marcará uma data para ir falar na tribuna da Câmara e o Sr. Carlos José Marco da
56 Silva fará o ofício para o Prefeito, bem como uma carta que será publicada no Jornal; A
57 Sra. Maria Imaculada Carlet Alves salientou que as reuniões estão sendo improdutivas,
58 pois não está sendo tratada nenhuma questão relevante para a população. Nada a mais
59 Dra. Olívia Patrícia de Brito, agradece a presença e participação de todos e comunicando
60 que após aprovação e assinaturas dos conselheiros na ata de reunião ordinária será
61 disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Piracicaba, Portal dos Conselheiros,
62 Conselho Municipal do Orçamento Participativo, podendo ser acessada por todos pelo site
63 <http://conselhos.piracicaba.sp.gov.br/cop/>, ficando apensados nesta os
64 documentos discutidos, bem como a lista de presença.

65 _____
66 _____
67 _____
68 _____
69 _____